

**MARCOS SOUZA DE AMORIM
LUCAS ANDRADE CAETANO**

**INFLUÊNCIA DA MERITOCRACIA NO CURRÍCULO: a desvalorização da
Educação Física escolar**

Artigo de pesquisa apresentado ao núcleo de trabalhos de conclusão de curso da Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES, para obtenção da licenciatura em Educação Física da orientação da professora Ana Paula Figueirôa.

**CARUARU-PE
2016**

INFLUÊNCIA DA MERITOCRACIA NO CURRÍCULO: a desvalorização da Educação Física escolar

AMORIM, Marcos Souza de
CAETANO, Lucas Andrade

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar em que medida o estreitamento do currículo tem influenciado na desvalorização da Educação Física escolar. Analisamos que a aplicação de avaliações externas e internas tem influenciado o estreitamento curricular na medida em que essas avaliações se reduzem a Português e Matemática, e responsabilizam a escola e seus professores pelos resultados nessas avaliações, com punição ou bonificação. Para isso abordaremos a meritocracia na Educação Brasileira, a influência das avaliações externas no currículo escolar e a influência do estreitamento do currículo na desvalorização da Educação Física. O respectivo trabalho tem uma abordagem qualitativa, com princípios de estudo exploratórios de pesquisa bibliográfica. É possível concluir que o mérito dado para as escolas básicas a partir das avaliações externas, que por sua vez avaliam Português e Matemática, influência diretamente na desvalorização da Educação Física.

Palavras-chaves: Avaliações externas, Meritocracia, Estreitamento Curricular e Educação Física

ABSTRACT

The objective of this study is analyzing to what extent the curriculum narrowing has influenced the devaluation of the School Physical Education. We have analyzed that the application of external and internal evaluations has influenced the curriculum narrowing once that such assessments are reduced to Portuguese and Mathematics, and blame the school and its teachers for the results of these valuations with penalty or bonus. For this we will cover meritocracy in Brazilian Education, the influence of external evaluations in the school curriculum and the influence of the narrowing of the curriculum in the devaluation of Physical Education. This work has a qualitative approach with exploratory study principles of literature. It is possible to conclude that the merit given to primary schools from external evaluations, which in turn evaluate Portuguese and Mathematics, directly influence the devaluation of Physical Education.

Keywords: External evaluations, Meritocracy, Curriculum Narrowing and Physical Education

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar en qué medida el estrechamiento curricular tiene influenciado en la desvalorización de la Educación Física escolar. Analizamos qué la aplicación de evaluaciones externas e internas ayudó en este estrechamiento curricular, a medida en que pone como centro de importancia las evaluaciones de Portugués e Matemática, además responsabiliza la escuela y sus profesores por los buenos resultados en estas evaluaciones con puniciones e bonificaciones a partir de los resultados. Para esto abordaremos la méritocracia en la Educación Brasileña, la influencia de las evaluaciones externas en el currículo escolar y la influencia del estrechamiento curricular en la desvalorización de la Educación Física. El respectivo trabajo tiene un abordaje cualitativa, con principios de estudios exploratorios de pesquisa bibliográfica. Es posible concluir que el mérito dado para las escuelas básicas a partir de la evaluaciones externas, que por su vez evalúan Portugués e Matemática centrada en las evaluaciones exigidas por las directrices curriculares nacionales, influyendo en la desvalorización de la educación Física en las escuelas públicas.

Palabras claves: Evaluaciones externas, Meritocracia, estrechamiento curricular y Educación Física

INTRODUÇÃO

O processo de globalização tem acelerado a competitividade entre países e empresas, e a educação passou a ser sinônimo de produtividade (DA SILVEIRA e ESQUINSANI 2010). A atual fase do imperialismo impõe às nações seus ajustes, acordos e projetos, como o projeto de mundialização da educação, fortalecendo assim a competitividade em torno da mesma. A ideologia neoliberal, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (2013, p.209) "[...] implantou em boa parte do mundo a concepção de avaliação por mérito na Educação".

Entre meados do século XX e o início do século XXI, a educação mundial passa a ser avaliada a partir de exames externos que medem o desempenho das escolas, professores e estudantes. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) ficou responsável de avaliar a educação no mundo, seguindo padrões que ela desenvolveu na forma de habilidades, medidas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) (FREITAS, 2011). Com essa adoção, pode-se considerar que a definição dos objetivos educacionais está sendo feita de fora para dentro, assumindo que o que é valorizado pelo PISA "é bom para todos". No Brasil, desde 1990 essa prática passa a ser adotada pelo

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), enfocando sua avaliação nas disciplinas de Português e Matemática (CERDEIRA, ALMEIDA e COSTA 2014).

Ao delimitar a avaliação em apenas duas disciplinas, a consequência é o estreitamento do currículo, pois tornam todas as outras disciplinas, incluindo a Educação Física, como secundárias. Outra consequência refere-se à formação crítica dos estudantes, pois ao garantir apenas o ensino de habilidades, secundariza as disciplinas que ajudam os estudantes a pensarem, como a filosofia, a sociologia e a história entre outras. Ou seja, deixa de fora o que é considerado uma boa educação.

Desta forma, o estreitamento do currículo prejudica diretamente a formação integral do estudante, negando ao mesmo o pensamento crítico, a criatividade e o domínio dos conhecimentos historicamente produzidos. A Educação Física é um exemplo disso, pois quando trabalhada numa perspectiva crítico-superadora, tem conteúdos suficientes para trabalhar todos esses elementos. A educação progressista (LUCKESI, 1994), que tem como finalidade a análise crítica sociopolítica da educação, sistematiza os conteúdos da Educação Física como cultura corporal.

Temos como problema de pesquisa: Como o mérito dado as escolas pelas avaliações externas influenciam para que a Educação Física seja desvalorizada no currículo escolar? Desta forma, busca-se analisar como o estreitamento do currículo pode influenciar na desvalorização da Educação Física escolar.

O respectivo estudo tem uma abordagem qualitativa com princípios de estudo exploratório. Para pesquisa bibliográfica foi realizada a triagem dos artigos mais relevantes. Primeiramente buscamos no banco de dados online, utilizando como descritores: Estreitamento do currículo. Avaliações externas. Meritocracia na Educação. Educação Física escolar. E para seleção dos livros utilizou-se como critérios a classificação de acordo com a temática da pesquisa.

Levando em consideração o cenário da Educação Básica, o respectivo estudo procura identificar o contexto na qual leva a Educação Física ser desvalorizada no currículo escolar. A sua relevância está na expectativa de demonstrar o problema para compreensão desse cenário atual. Explanando a seguir a meritocracia na educação, a influência das avaliações externas no currículo escolar e a influência do estreitamento curricular na desvalorização da educação física.

A MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUA INFLUÊNCIA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Nesse processo de neoliberalismo, onde a educação mundial passa a ser avaliada a partir de exames externos que mede e expõe o desempenho das escolas, professores e estudantes, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCD) ficou responsável de avaliar a educação no mundo, seguindo padrões que ela desenvolveu na forma de habilidades, medidas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) (FREITAS, 2011).

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), calculado e divulgado periodicamente pelo Instituto nacional de educação e pesquisa (INEP), com base nos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.)

No Brasil, com a implementação do SAEB, a presença das avaliações externas ganhou evidência, subdividida em duas avaliações complementares: A “Avaliação Nacional do Rendimento Escolar” (ANRESC), é realizada a cada dois anos, e avalia as habilidades em Língua Portuguesa e em Matemática. A “Avaliação Nacional da Educação Básica” (ANEB) permite produzir resultados médios de desempenho conforme os estratos amostrais

As avaliações externas, tem o objetivo de mensurar o desempenho dos alunos, professores, escolas e até do país, e atualmente serve também para o ingresso no ensino superior, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para poder alcançar esse objetivo a nível nacional, é preciso que as provas sejam iguais, criando uma padronização no sistema de avaliação. O que é avaliado na região norte é o mesmo que avaliado na região sul.

Segundo Perrenoud (2003 p. 13) “[...] esse efeito dominante de padronização vai possivelmente concentrar as prioridades curriculares naquilo que parece facilmente mensurável. Da Silveira e Esquinsani (2014 p.10) diz que: “[...] as avaliações em larga escala enfatizam objetivos cognitivos voltados para a língua portuguesa e matemática”. O problema das avaliações externas é que essas técnicas medem competências e habilidades e não o conhecimento, deixando de lado a realidade do trabalho pedagógico.

Para Freitas (2003 p. 132), o projeto neoliberal para a educação tem uma finalidade: a adequação da escola pública aos mecanismos de mercado. Ou seja, a escola deve funcionar de acordo com a lógica do mercado, e, por conseguinte, ser competitiva. “O que se sugere é o redimensionamento do aparato escolar para que fique alinhado com as necessidades do empresariado, que necessita atuar em mercados abertos de forma competitiva” (2003 p. 132). No campo educacional, tais políticas se apresentam com os diversos discursos: qualidade total; descentralização do ensino; o ensino relacionado à competitividade; participação das empresas na educação básica e superior.

O neoliberalismo aumentou a competitividade entre os países e o mérito passou a ser medido por meio de instrumentos e condições, ofertados nos ambientes de pesquisa, trabalho e convívio social dos sujeitos (CNTE, 2013). Esse tratamento é implementado no sistema educacional através da avaliação em âmbito nacional. Neste sentido, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tornou possível conhecer, com base na aplicação de avaliações externas, o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática em cada segmento do ensino fundamental e no ensino médio. Essas avaliações vêm ocorrendo a partir da década de 1990.

Esse movimento segue os mesmos passos dos reformadores americanos na década de 1980 nos Estados Unidos, pautadas no tripé: responsabilização, meritocracia e privatização. Para Freitas (2012), essa adoção reflete uma coalizão entre políticos; mídia; empresários; empresas educacionais; institutos e fundações privadas; e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. No Brasil, usa-se o argumento do “apagão educacional”, apontando a necessidade da reforma educacional, que vem sendo conduzida pelos empresários articulados no movimento “Todos pela Educação”.

“A meritocracia está na base da política liberal, se fundamenta na igualdade de oportunidade e não de resultado” (FREITAS, 2012, p. 383). Pressupondo que todos os sujeitos têm a capacidade individual para atingir o mérito, no qual, dado a oportunidade, o que faz a diferença é o esforço individual. Entretanto “Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida, isso faz com que diferenças sociais sejam transformadas em diferenças de desempenho” (FREITAS, 2012 p. 383).

A responsabilização e a meritocracia são duas categorias intimamente relacionadas, que para Freitas (2012) vão criar ambiência para a privatização. Desta forma, o sucesso ou o fracasso educacional é atribuído ao professor, constituindo desta forma em uma exposição pública do professor ou da escola que envolve alguma recompensa ou sanção públicas, criando nesse processo uma "obrigação" de obter bons resultados, diz Freitas (2012).

Atualmente, a educação básica, devido a esse processo meritocrático de responsabilização, tem como principal objetivo a aprovação nas avaliações externas, criando assim em suas metodologias de ensino o desenvolvimento de competências e habilidades. Em síntese, o método de desenvolvimento das competências e habilidades não permite ao aluno a aprendizagem e a superação sobre o conteúdo, que permite refletir e criticar. O aluno só será capaz de responder questões de múltipla escolha, pois com esse método de se ensinar para avaliação externas, o aluno é "treinado" para isso.

Freitas (2012) alerta que essa prática avaliativa passa uma ideia de que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico. Mas o que não está sendo dito é que a “focalização no básico” restringe o currículo de formação da juventude e deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de “boa educação”.

A argumentação de que o básico é bom porque tem que vir em primeiro lugar é tautológica, ou seja, nos leva a acreditar que “o básico é bom porque é básico”. [...] O problema não é o que ele contém como “básico”, é o que ele exclui sem dizer, pelo fato de ser “básico”. Este é o “estreitamento curricular” produzido pelos “standards” centrados em leitura e matemática. Eles deixam de fora a boa educação que sempre será mais do que o básico. (FREITAS, 2012 P.390)

Pode se afirmar que quando se avalia apenas o básico, habilidades e competências de duas disciplinas e a partir dos resultados do exame, essa avaliação gera um mérito que pode ser a exposição pública dos resultados ou, no caso de bons resultados, uma recompensa em forma de 14º salário aos professores. Isso tem como consequência o que Freitas (2011) chama de estreitamento do currículo, que segundo ele acontece de duas formas.

[...] A primeira redução é feita quando nos concentramos em uma ou duas disciplinas (geralmente português, matemática) e depois, uma segunda redução aplicada quando “escolhemos” dentro do conhecimento de português quais competências e habilidades devem ser submetidas a testes. Freitas (2012 p. 14)

“Avaliações geram tradições” [...] Freitas (2012, p. 389) considerando o currículo escolar como uma construção histórica e social, entendido como um conjunto de conhecimentos propostos para subsidiar o trabalho das escolas e professores de um determinado sistema escolar. Se o objetivo da educação, por um longo período histórico, for

ter bons resultados, essa tradição vai modificar o currículo escolar em todo sistema educacional, que por sua vez dará mais prioridade as disciplinas avaliadas (português e matemática) e ao que se avalia de cada disciplina (habilidades e competências). Logo podemos considerar que a consequência é um currículo mais técnico e básico.

A INFLUÊNCIA DO ESTREITAMENTO DO CURRÍCULO NA DESVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física no Brasil tem apenas 20 anos como componente curricular, e 15 anos como componente curricular obrigatório. De 1851 até 1996 a Educação Física era considerada atividade extracurricular, sendo confundida com ginástica. Segundo Souza Júnior (2011), a Educação Física foi oficialmente incluída na escola no ano de 1851, através da reforma Couto Ferraz, que tinha como objetivo uma série de medidas para melhorar o ensino.

Ainda segundo Souza Júnior (2011), a segunda metade do século XX aponta um momento marcante no campo da Educação Física, chamado naquele período de “esportivização”. A década de 50 ficou conhecida como de apelo ao desenvolvimento econômico do país. Além disso, esse período também marcou a expansão do tecnicismo no âmbito escolar brasileiro. Ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo” (Freitas, 1992; 1995). Com a concepção tecnocrática de educação revela seu caráter puramente capitalista, com uma visão bastante funcional, empresa-educação.

O ano de 1996 foi um marco importante para a educação brasileira em seus aspectos legais, com a aprovação da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96. Com essa nova lei, foram criadas novas perspectivas para os aspectos administrativos, curriculares e didático pedagógicos no âmbito escolar. De acordo com a LDB, o ensino escolar será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições, da liberdade de aprender, do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, gestão democrática e padrão de qualidade de ensino, entre outros princípios (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96 vai considerar a Educação Física como Componente Curricular, porém só passará a ser obrigatória em 2001, com o decreto de lei 10.328.

§ 3º A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (BRASIL, 2001)

A partir de então, podemos considerar que a Educação Física deixa de ser uma atividade extracurricular de caráter recreativo, esportivo ou de lazer, e se integra ao processo de formação geral do sistema educacional. Soares (2009) faz uma revisão do coletivo de autores e denomina que a cultura corporal deverá estar vinculada à explicação da realidade social concreta e oferecer subsídios para a compreensão dos determinantes sócio históricos do aluno, particularmente a sua condição de classe social.

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) entende a Educação Física como componente curricular, ou seja, como conhecimentos, representações e formas de expressão que se transformam ao longo do tempo. Dentre as produções dessa cultura corporal, algumas foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta.

A Educação Física, enquanto componente curricular da Educação básica, deve assumir então a tarefa de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, da dança, das ginásticas e práticas de aptidão física (BETTI, 2002). A Educação Física hoje precisa produzir um saber muito mais conceitual e sistematizado por parte da escola e não apenas uma mera reprodução de gestos desportivos sem um entendimento do porquê se faz e para que se faz. Levando esses elementos em consideração, fica claro que a Educação Física tem muito a contribuir com a Educação básica.

Entretanto, em que pese o reconhecimento da Educação Física como componente Curricular obrigatório, obtidos na LDB, a Educação Física, continuará ocupando um lugar secundarizado na formação humana.

Analisando a carga horária anual, de acordo com a tabela abaixo, PORTARIA SEE Nº 332/2014 da matriz curricular, podemos perceber o lugar que a Educação Física, ocupa na formação escolar.

QUADRO 1 - PORTARIA SEE Nº 332/2014 ANEXO ÚNICO – MATRIZES CURRICULARES MATRIZ CURRICULAR

	Ensino fundamental 1º ao 5º ano	Ensino fundamental 6º ao 9º ano	Ensino Médio 1º ao 3º ano
--	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------

	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Português	5	200	4	160	160	80
Matemática	5	200	4	160	120	80
Educação física	2	80	2	80	2	80

Legenda: CHS= Carga Horária Semanal e CHA= Carga Horária Anual

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (SEE) (2014)

A carga horária correspondente das disciplinas de português e matemática no ensino fundamental do 1° ao 5° são equivalentes a 200 horas anuais, do 6° ao 9° ano são de 160 horas anuais e no ensino médio 120 horas anuais para Matemática e 160 horas anuais para Português, enquanto que a educação física do começo do ensino fundamental ao fim do ensino médio permanece com 80 horas anuais. Considerando que 200 horas anuais são equivalentes a 5horas aulas semanais, enquanto 80 horas são equivalentes a 2horas aulas semanais, pode-se perceber a relevância de cada disciplina para o currículo, mostrando uma desvalorização da Educação Física.

Essa desvalorização está relacionada ao estreitamento do currículo em função da necessidade de se obter bom desempenho nas avaliações externas. No entanto, os maiores prejudicados são os estudantes, visto que a escola vem se preocupando mais com a cognição e esquecendo-se das outras dimensões da formação humana, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (FREITAS, 2012).

Uma Educação preocupada com a formação humana, leva em consideração a formação integral dos estudantes, ou seja, uma educação omnilateral, que segundo Frigotto, (2012), leva em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições para o seu pleno desenvolvimento histórico, como por exemplo o desenvolvimento corporal, intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo e lúdico. Desta forma, em uma educação que se propõe emancipatória, a Educação Física, assim como as demais, teria um tratamento mais equilibrado no currículo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar como o tratamento meritocrático dado as escolas pelas avaliações externas influenciam para que a Educação Física seja desvalorizada no Currículo Escolar. O resultado a que chegamos é que a meritocracia, sozinha, não influencia o estreitamento do currículo. Isso porque ela está vinculada a outro elemento, que é a

responsabilização, a qual é atribuído o sucesso ou o fracasso escolar aos educadores a partir da exposição dos resultados ou de uma bonificação. Esse procedimento tem gerado a obrigatoriedade de se ter bom resultado.

O que é avaliado por sua vez é o básico, compreendido em habilidade e competência centrado em duas disciplinas, Português e Matemática. Desta forma é que as Educações Físicas, assim como as demais disciplinas, acabaram sendo secundarizadas no processo de formação dos estudantes. A isso que se tem chamado estreitamento curricular. O reconhecimento que a Educação Física teve em 1996 com a LDB 9394/96, tornando-a componente curricular obrigatório, não teve vigência na prática escolar, uma vez que teve sua carga horária reduzida em função da readequação ao sistema de avaliação externa.

Assim como Freitas, acreditamos que uma boa educação não pode ser reduzida a resultado de duas disciplinas. Neste sentido é que no currículo escolar deveria, não só a Educação Física, mas todas as disciplinas, ter a mesma carga horária, tendo em vista que todos os componentes curriculares têm a mesma importância, pois são conhecimentos historicamente produzidos pelo homem e fazem parte da matriz formativa da educação. Sem esses elementos podemos considerar que o estreitamento do currículo afeta diretamente o que podemos esperar de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andrea; CERDEIRA, Diana; COSTA, Marcio. *Indicadores e Avaliação educacional: Percepções e reações a políticas de responsabilização*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 57, p. 198-225, jan. /abr. 2014

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia*. Rio de Janeiro: FGV, v. 1, p. 999

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. *Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas*. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v. 1, n. 1, 2009.

BRASIL. Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 3ª ed., 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*.

BRASIL. Presidência da República. *Lei no 10.328, de 12 de dezembro de 2001*. Diário Oficial, Brasília, 12 dez. 2001.

BRASIL, SEE. Portaria nº 332/20114. *Matrizes Curriculares*

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). *A meritocracia na educação brasileira*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 209-213, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

DA SILVEIRA, Carmem Lucia; ESQUINSANI, Rosimar Serena. *O currículo escolar e as avaliações em larga escala: Representação na produção científica nacional*. SBHE, Mato Grosso, 20 a 23 de maio 2013.

FREITAS, Luiz Carlos et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Papyrus, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo*. Trabalho apresentado no III Seminário de Educação Brasileira, CedesUnicamp, 28 fev a 01 março 2011, Campinas.

FREITAS, Luis Carlos de. *Os reformadores empresariais da Educação: Da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de Educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação omnilateral*. In: *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo:Ed. Expressão Popular,2012.

JÚNIOR, Arnaldo Elói Benvegnú. *EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL E SEUS RESQUÍCIOS HISTÓRICOS*. Santa Catarina V. 6 Nº 13 Janeiro - Julho 2011

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo : Cortez, 1994. 14 ed.

PERRENOUD, Philippe. *Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo*. Cadernos de pesquisa, v. 119, p. 7-26, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política Educacional e Papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã; 2003.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. *Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental*. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 5, p. 909-933, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. *Metodologia do ensino de educação física*. 2. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2009. 200 p.